

Segunda-Feira Santa, 16 de Abril de 2001

Excelentíssimos Chefes de Estado e Governo, Caros irmãos e irmãs da Cimeira das Américas,

Como representantes das igrejas do país anfitrião desta Cimeira, calorosamente damos as boasvindas. Igualmente oramos para que as discussões sejam productivas e clarividentes. Tal como milhares dos nossos concidadãos, nós estamos seguros de que, os resultados das vossas discussões terão consequências significantes na vida nas nações americanas.

Aproveitamos esta oportunidade para expremir-mos a nossa apreciação pela organização da Cimeira do Povo e outras actividades de carácter similar. Isto só comprova que existe uma aspiração intensa por justiça social e um zelo pela participação do povo nas instâncias de decisão que afectam todos nós. Que cada voz que levante um ponto relevante, seja recebida com respeito pelos participantes no processo de negociação desta Cimeira. Seja ela uma voz interna, ou externa ao perímetro geográfico no qual se desenrola esta Cimeira.

Os acordos de integração económica que serão discutidos pelas Suas Excelências são de carácter complexo, e implicam a tomada de decisões difíceis no que respeita a balancetes. Apesar da complexidade das discussões, em caso algum, elas deverão ser mantidas fora do alcance do escrutínio público. Nós exortamos para que exista uma transparência completa, e que no âmbito das negociações, um espaço seja criado para uma participação completa do público, incluindo um processo democrático ao nível das legislaturas nacionais.

Esta cimeira, que se caracteriza pela confraternização de líderes de países vizinhos e amigos, pode ser interpretada como um sinal de esperança, um fluxo de energia positiva, e a abertura para um caminho de irmandade e solidariedade. Por outro lado, também pode simbolizar uma tendência ameaçadora ao conformismo, no qual governos eleitos, submetem-se irremediavelmente as forças do Mercado como se elas fossem a lei inquestionável que dirige a humanidade.

A comunidade crente do Canada estende os seus braços aos irmãos e irmãs crentes das Américas, e exorta as Suas Excelências que não criem simplesmente um acordo commercial, más sim, uma estrutura económica e comercial mais fraterna (veja o documento anexo "Comércio Justo, Não Sómente Comércio: O caminho para uma economia mais fraterna"). Apelamos urgentemente a vossa atenção para os seguintes pontos críticos de carácter político:

1. Que os novos acordos se ajustem aos Convênios de Direitos Humanos das Nações Unidas.
2. Proteger os direitos inerentes dos povos indígenas das Américas.
3. Cancelar as dívidas nacionais que têm um efeito paralizante na economia dos países.
4. Aumentar a segurança alimentar e a segurança das comunidades agrícolas.
5. Preservar a integridade do sistema financiamento da saúde e da educação pública, assim como os serviços que estes sistemas oferecem ao público em geral.
6. Que não se permita que, patentes científicas ou direitos de propriedade intelectual de carácter comercial, bloqueiem o acesso à produtos de interesse público, como por exemplo, medicamentos que têm grande impacto na sobrevivência das pessoas.

O futuro dos povos das Américas depende enormemente da coragem, sensibilidade, e inteligência que for posta na elaboração deste trabalho fundamental, ao serviço do bem comum.

Que as vossas deliberações, assim como as vossas consciências sejam iluminadas por Deus, Criador de todos nós. ELE que vive dia à dia nos nossos corações, e divide connosco as nossas preocupações.

Oração para as Américas

Deus Glorioso e Salvador,

Da Terra do Fogo ao Pond Inle, os povos da América disfrutam do esplendor da tua criação.

Dá-nos novos corações,

para que possamos viver nesta terra gloriosa como teus filhos, amando o nosso próximo e à nós mesmos de acordo com a tua vontade.

Garante-nos a Graça

para dividir-mos com justiça as riquezas da Tua criação, e que possamos viver nesta terra em harmonia e respeito mútuo. Ajuda-nos a forjar relações justas entre o homem e a terra, entre as comunidades, e entre nós mesmos.

Dirige-nos para

um futuro livre de pobreza, indiferença e cobiça.

A tua Sabedoria, Senhor, vêm do começo do Verbo, e é eterna:

Garante aos nossos líderes inspiração e coragem, para que quando eles se encontrem na Cimeira das Américas, descubram os caminhos da verdade, pelos quais possamos caminhar juntos, em direcção a um amanhã mais generoso e fraterno.

Amen.

The Most Rev. André Vallée
President
Canadian Council of Churches

The Most Rev. Michael G. Peers
Primate
The Anglican Church of Canada

Rev. Dr. Kenneth Bellous
Executive Minister
Baptist Convention of Ontario and Quebec

Bishop Gerald Wiesner, OMI
President
Canadian Conference of Catholic Bishops

Gordon G. McClure
Clerk
Canadian Yearly Meeting of the Religious Society of Friends (Quakers)

Rev. Wm. C. Veenstra
Canadian Ministries Director
Christian Reformed Church in North America

The Rev. Messale Engeda
Ethiopian Orthodox Tewahedo Church

Bishop Telmor Sartison
Evangelical Lutheran Church in Canada

Marilyn Houser Hamm
Director, Peace and Justice Ministries
Mennonite Church Canada

The Very Rev. Anthony Nikolic
Polish National Catholic Church of Canada

The Rev. Glen Davis, Moderator
126th General Assembly
The Presbyterian Church in Canada

The Canadian
Council of Churches



Le Conseil canadien
des Églises

founded in 1944

fondé en 1944

The Right Rev. Dr. Marion Purdy
Moderator
United Church of Canada

*“Comércio Justo, Não Sómente Comércio:
O caminho para uma economia mais fraterna”*

Deus, o Nosso Criador, chama-nos para ser-mos responsáveis pela vida de todos. Os nossos continentes foram criados de forma a serem verdadeiras comunidades de vida, inter-ligadas, e que se apoiam mútamente. Este desejo do Criador deverá encontrar expressão em todas as leis e políticas humanas. O comércio de serviços e mercadorias pode ter uma dimensão de sobrevivência, como por exemplo, a aspiração de valores humanitários mais elevados, ou, inversamente, pode agudizar as desigualdades sociais, se não for utilizada num contexto de justiça.

No espírito radical do Jubileu, proclamado no Livro dos Hebreus, e em resposta ao convite de Jesus, que nos convida a expandir o Jubileu até aos confins da Terra, nós acreditamos que o novo milénio poderá mover a sociedade humana em direcção a uma sociedade mais justa e igualitária. Nós não estamos condenados a reciclar os erros do passado! Os povos da terra necessitam políticas que restaurem relações equitáveis, que preservem responsabilidades comunitárias, reduzem desigualdades económicas, e que cultivem um clima que se alimenta, e floresce na diversidade.

Durante o século que vem de expirar, membros das Nações Unidas, assim como organizações regionais, desenvolveram um quadro público dos direitos humanos e ecológicos. Muitas vezes esse quadro mostrou-se bastante útil e constructivo no contexto do desenvolvimento de relações internacionais. Não deveremos perder de vista o que foi positivo naquele contexto.

Apreciamos os esforços feitos para reforçar a democracia, o esforço para trazer a prosperidade para todos, e a possibilidade de ajudar todos os povos da Américas a realizar o seu potencial humano. Nos últimos anos, nós, em colaboração com outras organizações irmãs na região, sejam elas religiosas ou laicas, lutando pelos direitos humanos, temos trabalhado arduamente para alcançar estes objectivos. Baseando-nos nessa experiência, enviamos esta carta aos Chefes de Estado e governantes que irão atender a Cimeira do Comércio Livre das Américas, conscientes de que existe a necessidade de dedicar atenção devida a sérios problemas que afectam a região, e que de facto, tem um factor destabilizante, que poderá afectar a obtenção de outros objectivos mais elevados.

**Que sejam adoptados os acordos sobre os direitos humanos que garantem os
estandares das Nações Unidas e reforçam a sua implementação.**

Os compromissos assumidos sob a Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas, assim como outros acordos reconhecidos internacionalmente no ramo do

trabalho e proteção do meio ambiente, devem tomar precedência no que respeita aos direitos dos investidores, como está previsto nesses acordos. Qualquer acordo de integração económica, passa primeiro pela maneira como o referido acordo responde as necessidades de todos os cidadãos.

Um outro exemplo que requiere uma resposta urgente no que respeita aos direitos humanos, é a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes, refugiados, e as pessoas em busca de asilo. O comércio de mercadorias e serviços não deverão ser negociados em detrimento dos direitos das pessoas que circulam entre uma região e outra, seja este movimento voluntário ou motivado por forças externas. Os direitos dessas pessoas devem ser protegidos. Apelamos para que passos concretos sejam dados para assegurar que os direitos dos trabalhadores migrantes internacionais, refugiados, e asilados, sejam adoptados por leis nacionais, ou que pessoas desenraizadas, possam encontrar uma proteção efectiva, através de instituições legais que protejam os seus direitos.

Promover e proteger os direitos inerentes dos povos indígenas das Américas

No que respeita aos povos indígenas, os primeiros habitantes deste hemisfério, existe a necessidade de resolver urgentemente o desafio que consiste em rectificar os erros que se acumularam durante cinco séculos. No Canada, nós convidamos os membros das nossas igrejas, assim como todos aqueles que se interessam pelo bem comum, que apoiem a proposta feita pelos diversos líderes da Comissão Real Canadiana dos Povos Aborígenas: estabelecer uma entidade verdadeiramente independente com o mandato para implementar tratados sobre os direitos da terra, inerentes aos povos Aborígenas. Em todo o continente, reconhecer os direitos e a dignidade dos povos aborígenas, implica a necessidade de restaurar um modo de vida nas comunidades, com recursos suficiente, assim como terreno, para tornar viável o desenvolvimento de uma economia local. Os novos acordos não deverão ser feitos, sobre condições que ponhem em perigo a sobrevivência dos direitos dos povos aborígenas.

Cancelamento da dívidas nacionais que têm um efeito paralizante na economia dos países

Em muitos dos países americanos, o peso do pagamento da dívida externa, impede de que as populações empobrecidas disfrutem do acesso a serviços de saúde e outros serviços necessários ao seu bem-estar. Nalguns casos, o dinheiro emprestado foi utilizado em projectos que não beneficiaram o povo, e que entretanto esse mesmo povo, tem que pagar a referida dívida com juros. Muitas vezes os juros são um peso injusto, para pessoas que já estão a lutar com inúmeras dificuldades. Especialmente, quando esses juros crescem desmesuradamente devido ao aumento unilateral dos juros, ou devido a consolidação de novos créditos para ajustar pagamentos de antigas dívidas. Dívidas deste carácter são algemas que emprisionam as pessoas a um passado económico cruel. Ao mesmo tempo constituem enormes barreiras para trocas comerciais que sejam mutuamente benéficas. É altura de quebrar as algemas.

A integração económica das Américas deveria significar uma economia mais fraternal, não uma economia que favoriza a exploração.

As negociações para modificar o efeito paralizante das dívidas não devem impôr condições drásticas e pouco razoáveis, tais como os Programas de Ajuste Estrutural, que submeteram as populações de muitos dos países do hemisfério sul a níveis intoleráveis de austeridade.

Melhorar a segurança alimentar e a segurança das comunidades agrícolas

A liberalização do comércio agrícola, a eliminação dos subsídios agrícolas através da América Latina, assim como as mudanças no sistema de ocupação da terra (por exemplo, no caso do México), veio destabilizar a segurança alimentar de algumas populações e forçou milhares de trabalhadores rurais a realojarem-se nas favelas das grandes cidades. Até mesmo em lugares economicamente mais favorecidos, como o Canada, agricultores estão condicionados a um sistema rotativo de crises, vendo desintegrar-se um modo de vida protegido, estável, e comunitário. Nós dirigimo-nos a vocês para criar um acordo que permita a coexistência harmoniosa e benéfica de um comércio agrícola que ao mesmo tempo respeita as necessidades e a importância das comunidades rurais.

Preservar a integridade de um sistema de saúde custeado por fundos públicos

Os acordos de integração económica não devem em caso algum minar o sistema de responsabilidade democrático. Por exemplo, no que diz respeito ao sistema da NAFTA, o mecanismo de resolução de disputas para o estado-investidor está a ser usado pelas corporações privadas para enfraquecerem as políticas do governo, criadas, para proteger a saúde das populações e do meio ambiente. Os novos acordos devem reforçar o direito das autoridades públicas a executarem as tarefas inerentes dos governos – nomeadamente, actuar com autoridade para proteger e promover o bem comum.

Que não seja permitido que patentes científicas, ou direitos de propriedade intelectual de carácter mercantil, bloqueiem o acesso a mercadorias públicas, como é o caso de medicamentos que salvam vidas

Que o bem comum sejs posto sempre em primeiro lugar. De certeza que a atracção que uma “zona franca” exerce, reside na melhoria de condições de vida, mútuamente vantajosas para todos. Esperamos que os acordos evitem o tipo de cláusulas (tais como as cláusulas da NAFTA ou da OIT - Organização Internacional do Trabalho) no que respeita a propriedade intelectual. Cláusulas essas, que protegem os lucros dos monopólios, em vez de facilitarem a resolução conjunta dos problemas. Por exemplo: como é que a política pública pode ajudar cidadãos que vivem com HIV/SIDA a ter acesso a medicamentos de efeito equivalente aos medicamentos patentados e que tem preços exorbitantes?

No nosso ponto de vista, estes são alguns dos pontos críticos para iniciar uma discussão cujo objectivo é criar uma economia mais fraterna neste hemisfério. Ansiosamente esperamos os resultados das deliberações, que desejamos, decorram num espírito de abertura, transparência e responsabilidade.